Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Anderson defende Ibaneis

Lúcio Bernardo Jr/Agência Brasília



Em seu depoimento à Polícia Federal, Anderson Torres defendeu o governador Ibaneis Rocha (MDB). O ex-secretário de Segurança Pública disse que o chefe do Executivo, que está afastado do cargo, nunca lhe pediu que negligenciasse suas funções. Ao contrário, segundo Anderson, ele sempre foi muito preocupado com a ordem e a segurança. Os dois tinham uma relação próxima, mas romperam quando Ibaneis decidiu exonerá-lo depois das invasões ao Palácio do Planalto, Congresso e STF, em 8 de janeiro.

Distantes

Quanto ao ex-comandante-geral da PM, coronel Fábio Augusto Vieira, Anderson Torres disse que o oficial foi escolhido pelo governador Ibaneis Rocha. Segundo Anderson, eles não tinham nenhuma relação, sequer tinham o contato de telefone um do outro até a sua volta para a Secretaria de Segurança, em dois de janeiro.

Respeito

Nos grupos de WhatsApp da PM, muita gente comemorou a revogação da prisão do coronel Fábio Augusto Vieira pelo ministro Alexandre de Moraes. Ele é muito querido na tropa pela postura de ir a campo pessoalmente nos momentos tensos e por ser comprometido com a Polícia Militar do DF.



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR....

O ministro Alexandre de Moraes diria algo comprometedor para um parlamentar bolsonarista?

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Mariana Lins/CB/D.A Press



Novos líderes

O deputado distrital Rogério Morro da Cruz (PMN) foi indicado líder da maioria na Câmara Legislativa. O ofício foi assinado pelo líder do Bloco A Força da Família, o deputado João Cardoso (Avante). Durante as votações, cabe ao líder expressar a opinião de quem ele representa: o partido, o bloco parlamentar, o governo, a oposição, a maioria ou a minoria. O líder também participa do colégio de líderes — órgão que, entre outras atribuições, define a pauta de votações do Plenário. O deputado Gabriel Magno (PT) foi escolhido líder da minoria.

CPI à deriva

O deputado Joaquim Roriz Neto (PL) está incomodado com os adiamentos consecutivos para a escolha dos cargos e para a instalação da CPI que investigará os atos de vandalismo na capital. O distrital desconfia que se trata de uma estratégia de esquerda, mais especificamente do Partido dos Trabalhadores, para tentar enterrar a comissão. Segundo Joaquim, a suspeita não é infundada, já que o próprio governo federal é contrário à apuração.



À QUEIMA-ROUPA

CONSELHEIRO RENATO RAINHA,
do Tribunal de Contas do DF

Vinicius Cardoso Vieira/Esp. CB/D.A Press



"Episódios antidemocráticos como os de 08/01 estimulam pessoas que não conhecem os motivos e a necessidade do Fundo Constitucional a pregar pela sua extinção. A extinção do Fundo Constitucional é uma sentença de morte para Brasília"

Qual é a sua opinião sobre a criação de uma guarda nacional para fazer a segurança da Praça dos Três Poderes?

Sou totalmente contra. A criação da Guarda Nacional representará uma enorme despesa desnecessária, um verdadeiro desperdício de recursos públicos. A PMDF tem experiência, competência e expertise para prestar segurança aos órgãos federais sediados em Brasília.

Acha que a guarda nacional pode ter conflitos diretos com a Polícia Militar por acabarem trombando nas atribuições?

É uma possibilidade. Quando duas instituições possuem competências iguais ou semelhantes pode haver conflitos. E conflitos, especialmente entre instituições de segurança, devem sempre ser evitados.

Se a guarda for criada por meio de uma Pec, acha que o custeio deve sair do Fundo Constitucional do DF?

Quando o Fundo Constitucional do DF foi criado em 2002, seus recursos custeavam toda despesa de pessoal da segurança, saúde e e educação do DF. Hoje continua custeando a área de segurança, mas apenas metade das despesas da saúde e da educação. Retirar recursos do Fundo para custear uma Guarda Nacional desnecessária, além de representar desperdício de recursos públicos, trará enorme prejuízo para as áreas de segurança, saúde e educação distritais.

O secretário de Segurança Publica, Sandro Avelar, disse que o efetivo da PM está bem aquém do necessário. Acha que a segurança deveria ficar com parte maior do Fundo Constitucional?

Os efetivos das três forças de segurança estão defasados há muito tempo. É necessário que a PCDF, PMDF e CBMDF sejam mais ágeis em realizar concursos para o preenchimento das vagas existentes hoje nos seus quadros. O Fundo Constitucional, bem administrado, pode muito bem custear o aumento de efetivo das forças de segurança, além de prestar auxílio financeiro importante para a manutenção da saúde e educação do DF, como sempre fez.

Acredita que o Fundo Constitucional está ameaçado?

Aqueles que não conhecem o fundamento da criação do Fundo Constitucional acham que ele é um privilégio para Brasília. O que não é verdade. O Fundo Constitucional do DF apenas ajuda Brasília a custear as enormes despesas com a manutenção e prestação de serviços aos órgãos federais e representações diplomáticas sediados no DF. Mas episódios antidemocráticos como os de 08/01 estimulam pessoas que não conhecem os motivos e a necessidade do Fundo Constitucional a pregarem a sua extinção. A extinção do Fundo Constitucional é uma sentença de morte para Brasília.

Qual é a sua opinião sobre a proposta de federalizar a segurança pública?

A existência do Fundo Constitucional torna desnecessária a federalização da segurança pública do DF, pois ele garante a manutenção integral de suas forças. O que é urgente agora é blindar a segurança do DF de intervenções e pressões políticas.

Pelo seu olhar, como foi possível ocorrer uma agressão tão grande aos prédios da Praça dos Três Poderes sem uma reação imediata das forças de segurança do DF?

O que aconteceu no dia 08/01 foi falta de comando e de planejamento, deliberado ou por incompetência, da cúpula da segurança do DF e dos órgãos e unidades federais responsáveis pela proteção dos Palácios, e não incapacidade da tropa para administrar multidão e garantir a segurança na Praça dos Três Poderes. A nossa valorosa Polícia Militar sempre demonstrou plena capacidade para prevenir e conter qualquer tumulto no DF.

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS / O coronel Fábio Augusto Vieira deixou o 1° Regimento de Polícia Montada, em Taguatinga, onde estava preso desde 10 de janeiro. Ele não poderá se ausentar do DF sem comunicar à Justiça

Moraes solta ex-comandante

» ANA MARIA CAMPOS
» DARCIANNE DIOGO

Após 24 dias preso, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou, ontem, a prisão preventiva do ex-comandante-geral da Polícia Militar coronel Fábio Augusto Vieira. Augusto deixou o 1° Regimento de Polícia Montada, em Taguatinga, no final da tarde em um carro acompanhado pela família, após o alvará de soltura.

Ao conceder a liberdade provisória, Alexandre de Moraes levou em conta o relatório do interventor da segurança pública do DF, Ricardo Cappelli. As investigações indicaram que o coronel esteve na manifestação desde a manhã do domingo, 8 de janeiro, empenhou-se pessoalmente, pediu reforço e até foi ferido com um cone arremessado em sua cabeça, mas suas determinações de aumento do efetivo na Praça dos Três Poderes não foram atendidas por perda de comando.

Alexandre de Moraes registrou esses fatos em sua decisão: "O relatório elaborado pelo Interventor Federal na área de Segurança Pública do Distrito Federal, Ricardo Cappelli, em princípio, indica que Fábio Augusto Vieira, embora exercesse, à época, o cargo de Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, não teria sido diretamente responsável pela falha das ações de segurança que resultaram nos atos criminosos ora investigados, além de apontar que o investigado esteve presente na operação, foi ferido no combate direto aos manifestantes e não teve as suas solicitações de reforços atendidas".

O ministro, relator do inquérito sobre os atos antidemocráticos, ressaltou: "Assim sendo, a partir das investigações preliminares realizadas pelo Interventor da área de Segurança Pública do Distrito Federal, o panorama processual que justificou a prisão preventiva do investigado não mais subsiste no atual momento, sendo possível conceder-lhe a liberdade provisória".

O coronel foi preso em 10 de janeiro por ação direta ou omissão, pela falha de segurança ocorrida nos atos golpistas de 8 de janeiro. No mesmo dia, Alexandre de Moraes determinou, também, a prisão do ex-secretário de Segurança Pública Anderson Torres, que estava em uma viagem aos Estados Unidos na época. Na manhã de 14 de janeiro, ao desembarcar no Aeroporto Internacional de Brasília, Torres foi detido e levado ao 4ª Batalhão da PMDF, no Guará. Na quinta-feira, o delegado federal prestou depoimento por quase 10 horas e confirmou que houve falha na execução do plano articulado contra a ação praticada pelos terroristas.

PMDF/Divulgação



Coronel Fábio Augusto estava preso em Taguatinga por sua atuação durante os atos terroristas

Defesa

O advogado Thiago Turbay, que atua na defesa do coronel Fábio Augusto, confirmou a soltura do ex-comandante e informou que ele está em casa. Segundo a decisão de Moraes, o policial não poderá se ausentar do DF sem prévia comunicação à Suprema Corte — ordem que, se descumprida, levará a "imediata conversão em prisão preventiva".

Por meio de nota, os advogados João Paulo Boaventura e Thiago Turbay se manifestaram sobre a revogação da prisão: "A decisão do ministro Alexandre de Moraes aplica aos fatos a correta aplicação do direito. A Democracia radica e se concreta a partir de decisões intransigentes de proteção às garantias e liberdades individuais. A decisão reforça o Estado Democrático de Direito e aplica filtro contendedor àqueles que buscaram infringir danos às Instituições que realizam a Democracia. A Democracia deu mais uma demonstração de vivacidade. A defesa técnica e o coronel Fábio Augusto Vieira reforçam seu comprometimento com as instituições e com a civilidade democrática, bem como mantém sua irrestrita cooperação na instrução processual e elucidação dos fatos".